



# **Câmara Municipal de São Pedro da Aldeia**

Estado do Rio de Janeiro

Rua Hermógenes Freire da Costa, 179 – Centro – Fax: (0xx24)2621.3974

e mail: cmspa@BOL .com.br

## **GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 023, de 02 de Abril de 2003.**

Dispõe sobre o **REGIME DE ADIANTAMENTO** e dá outras providências.

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**, por seus representantes legais,

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Fica instituído no âmbito da Câmara Municipal de São Pedro da Aldeia, o regime de adiantamento para fazer face às despesas que não possam ser submetidas ao processo normal.

**Art. 2º** - O adiantamento consiste na entrega do numerário a servidor devidamente credenciado, sempre precedido de empenho na dotação própria.

**Art. 3º** - Poderão realizar-se sob regime de adiantamento as seguintes espécies de despesas:

- I - despesas eventuais de gabinete;
- II - despesas com serviços de terceiros em caráter de urgência;
- III - despesas com diárias e ajuda de custo;
- IV - despesas miúdas de pronto pagamento;
- V - despesas judiciais.

**§ 1º** - Constituem despesas extraordinárias ou urgentes aquelas cuja não realização imediata possa causar prejuízos aos cofres públicos ou interrompa o curso de atendimento dos serviços a cargo do setor responsável.

**§ 2º** - São consideradas despesas miúdas de pronto pagamento, para os efeitos desta Resolução, as que envolverem compras ou a realização de serviços como:

- I** - selos postais, telegramas, radiogramas, material e serviços de limpeza e higiene, transporte urbano e interurbano, pequenos consertos, café e lanche, gás, aquisição avulsa de livros técnicos, jornais e outras publicações periódicas;
- II** - encadernações avulsas e artigos de escritório, de desenho, impressos e papelaria em quantidade restrita, para uso imediato, após verificada a inexistência em almoxarifado;
- III** - artigos farmacêuticos ou de laboratório em quantidade restrita, para uso ou consumo imediato;
- IV** - outras de pequeno vulto, constatada a sua necessidade imediata, devidamente justificada.



## **Câmara Municipal de São Pedro da Aldeia**

Estado do Rio de Janeiro

Rua Hermógenes Freire da Costa, 179 – Centro – Fax: (0xx24)2621.3974

e mail: cmspa@BOL .com.br

### **GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

... continuação. **Projeto de Lei nº 023/2003. Fls.2.**

**§ 3º** - Despesas judiciais compreendem o pagamento de custas, emolumentos e taxas referentes a processos ou procedimentos em que seja parte o Município.

**Art. 4º** - O adiantamento será requisitado pelo Secretário Geral da Secretaria Administrativa da Câmara.

**Art. 5º** - Os adiantamentos poderão ser requisitados a favor de servidor ocupante de Cargo de Direção ou Assessoramento, ou ainda, de Chefe e Assessoramento, para satisfação de despesas a seu cargo ou do Poder Legislativo, observadas as restrições constantes dos incisos I a V do Art. 7º.

**Art. 6º** - Os adiantamentos serão autorizados pelo Presidente da Câmara.

**Art. 7º** - A requisição do adiantamento será feita ao ordenador da despesa e conterá:

I - nome, cargo ou função e matrícula do servidor a quem deverá ser entregue o adiantamento;

II - indicação em algarismo e por extenso da importância a ser entregue;

III - prazo para aplicação do adiantamento, não superior a 60(sessenta) dias contados da data da autorização, o qual não ultrapassará o dia 31 de dezembro do exercício da concessão;

IV - finalidade do adiantamento;

V - a declaração de que inexistente material da espécie no almoxarifado, quando for o caso.

**Parágrafo Único** – Para o controle do prazo fixado no **Inciso III** deste artigo, o órgão de controle Interno, manterá registro cronológico das datas de autorização dos adiantamentos.

**Art. 8º** - Autorizado o adiantamento, o responsável poderá efetuar despesas, cujo pagamento, entretanto, só poderá ser permitido após o seu recebimento.

**Art. 9º** – O pagamento do adiantamento será escriturado como despesas efetivas à conta de dotação própria.

**Art. 10** – Não poderá ser objeto de despesa por adiantamento a aquisição de material permanente ou equipamentos, bem como a realização de obras.

**Art. 11** – O adiantamento poderá ser concedido:



# **Câmara Municipal de São Pedro da Aldeia**

Estado do Rio de Janeiro

Rua Hermógenes Freire da Costa, 179 – Centro – Fax: (0xx24)2621.3974

e mail: cmspa@BOL .com.br

## **GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

... continuação. **Projeto de Lei nº 023/2003. Fls.3.**

I - para as despesas referidas nos incisos I, III e IV do art. 3º, até o valor limite de dispensa para licitação

II - para as despesas referidas nos incisos II e V, do art. 3º, até **15% (quinze por cento)** do valor limite de dispensa para licitação.

**Art. 12** – A entrega do adiantamento será feita em Cheque emitido em nome do servidor responsável pela sua aplicação e que conterà, no verso o nome, cargo ou função, matrícula, o número da nota de empenho e destinação do adiantamento.

**Parágrafo Único** – O Cheque deverá ser depositado em conta aberta e movimentada pelo responsável pelo adiantamento, em Agência local de qualquer dos seguintes bancos:

I – Banco do Brasil S.A.;

II – Caixa Econômica Federal.

**Art. 13** – Nenhum adiantamento poderá ser pago depois do dia 15 de dezembro, salvo autorização expressa da autoridade ordenadora da despesa, que nesse caso, especifica o prazo para comprovação dentro do exercício.

**Art. 14** – O adiantamento concedido para as despesas previstas nos **incisos I, III e IV, do art. 3º desta Lei**, até o limite de **15% (quinze por cento)** do valor limite de dispensa para licitação, poderá ser pago em moeda corrente, dispensadas, nestes casos, as formalidades previstas no **Parágrafo Único do art. 12**.

**Art. 15** – A aplicação dos adiantamentos não poderá fugir às normas, condições e finalidades constantes de sua requisição, nem aos limites do prazo de 60(sessenta) dias indicados nas respectivas notas de empenho, e obedecerá aos seguintes princípios:

I - os adiantamentos serão movimentados por meio de cheques nominativos, sacados sobre conta aberta pelo responsável em qualquer dos bancos referido no **Parágrafo Único do art. 12**;

II - a abertura de conta referida no inciso anterior, será efetuada no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis do recebimento do adiantamento;

III - os saldos não utilizados e as importâncias retidas a favor de terceiros, deverão ser recolhidas até o último dia do prazo indicado no ato da concessão do adiantamento, através de Documento de Arrecadação Municipal – **DAM**;

IV - é vedada a aquisição de material por adiantamento sem prévia constatação de sua inexistência no almoxarifado, devendo esse fato ser expressamente mencionado na requisição.

**§ 1º** - As notas fiscais ou faturas e outros comprovantes da despesa, serão expedidos em nome da Câmara, com indicação do órgão interessado.



# **Câmara Municipal de São Pedro da Aldeia**

Estado do Rio de Janeiro

Rua Hermógenes Freire da Costa, 179 – Centro – Fax: (0xx24)2621.3974

e mail: cmspa@BOL .com.br

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

...continuação. **Projeto de Lei N° 023/2003.** Fls. 04.

§ 2º - No caso de pagamento com cheque deverá mencionar o seu número e a data da emissão.

## **DA COMPROVAÇÃO**

**Art. 16** - Os responsáveis por adiantamento, prestarão contas de sua aplicação dentro de, no máximo, 30(trinta) dias contados do último dia útil do prazo para a sua aplicação.

§ 1º - Serão considerados em alcance os responsáveis por adiantamentos que não apresentarem a comprovação, dentro do prazo citado neste artigo, caso em que estarão sujeitos à multa e a competente tomada de contas.

§ 2º - Se o alcance ocorrer no exercício em que houver sido concedido o adiantamento, o débito do responsável corresponderá à anulação da despesa, se o respectivo exercício já estiver encerrado, equivalerá a uma receita no exercício em que ocorrer.

**Art. 17** - As despesas miúdas, para as quais não haja possibilidade de obtenção de recibos, serão incluídas em relação elaborada pelo responsável pelo adiantamento e revisada pela autoridade competente.

§ 1º - Fica limitado em 50 UFM's – Unidade Fiscal do Município, em cada adiantamento, o total das despesas a que se refere este artigo.

§ 2º - Os adiantamentos só poderão ser aplicados no exercício financeiro em que forem concedidos, admitida a comprovação da aplicação, no exercício subsequente, respeitado o prazo do art. 16.

**Art. 18** - A comprovação do adiantamento será feita mediante requerimento do responsável à autoridade requisitante, instruído pelos seguintes elementos.

- I - cópia da Nota de Empenho;
- II - recibo do depósito bancário, quando for o caso;
- III - mapa discriminativo das despesas realizadas;
- IV - comprovante da despesa realizada;
- V - extrato da conta bancária;
- VI - comprovante do recolhimento do saldo do adiantamento, se houver;
- VII - cheque não utilizados.

**Art. 19** – A autoridade requisitante deverá encaminhar à Divisão de Tesouraria, dentro do prazo de 03(três) dias, a contar do seu recebimento, o processo de adiantamento.

**Art. 20** – Nenhuma comprovação será examinada sem que estejam recolhidos os saldos não utilizados e as importâncias, porventura retiradas em favor de terceiros.



# Câmara Municipal de São Pedro da Aldeia

Estado do Rio de Janeiro

Rua Hermógenes Freire da Costa, 179 – Centro – Fax: (0xx24)2621.3974

e mail: cmspa@BOL .com.br

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA

...continuação. Projeto de Lei N° 023/2003. Fls. 05.

**Parágrafo Único** – Como comprovantes de despesas, só serão admitidos à primeira via de Notas Fiscais, ou documento equivalente, a Nota Fiscal simplificada, cupom de caixa registradora devidamente autenticado, recibo e outros meios hábeis, com data contemporânea ou posterior a da autorização do adiantamento.

**Art. 21** – Considera-se interrompida, para todos os efeitos, a aplicação do adiantamento pelo impedimento de seu responsável, definitivo ou provisório, que exceda o prazo de aplicação do adiantamento.

§ 1º - O impedimento poderá decorrer de força maior ou de afastamento provisório ou definitivo da função pública, devidamente comprovada por meio hábil.

§ 2º - Entende-se como interrompida, a aplicação que deixar de ser efetuada por impedimento do responsável, definitivo ou provisório, que exceda o prazo de aplicação do adiantamento.

§ 3º - No caso de impedimento, cabe a autoridade requisitante promover a comprovação do adiantamento.

§ 4º - O processo de comprovação deverá ser instruído com o documento comprobatório da ocorrência dos casos previstos no § 1º do presente artigo.

**Art. 22** – A comprovação do adiantamento, se aceita, será certificada pelo Órgão de Controle Interno, no que se refere ao Parágrafo Único do artigo 7º e artigo 15 desta Lei.

**Art. 23** – Caso seja impugnada a comprovação, a autoridade ordenadora da despesa devolverá o processo ao órgão competente para fazer cumprir as exigências, apontando as irregularidades a serem sanadas, no prazo de 05(cinco) dias.

§ 1º - Não sendo possível sanar as irregularidades, deverá ser procedido o registro contábil definitivo da responsabilidade do servidor, bem como a tomada de contas.

§ 2º - Verificada a impugnação da comprovação, será o processo, devidamente instruído, encaminhado ao Tribunal de Contas, dentro do prazo de 10(dez) dias.

**Art. 24** - Esta LEI entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 02 de abril de 2003.

### CIENTE

Constou do Expediente da Sessão  
do dia 06/05/2003

Elson Pires  
Presidente

### A COMISSÃO

De *Justiça e Redação* e *Finanças e Orçamentos*  
Em 06/05/2003

Elson Pires  
Presidente

### MESA DIRETORA

ELSON PIRES - Presidente

ROBERTO DOS SANTOS - Vice-Presidente

DEMO DA COSTA - 1º Secretário

JOSÉ ALVES PINHEIRO - 2º Secretário

### APROVADO

1.ª VOTAÇÃO

Em 06 de Maio de 2003

Elson Pires  
Presidente

### APROVADO

2.ª e VOTAÇÃO ÚLTIMA

Em 06 de Maio de 2003  
(B. 2ª Votação)

Elson Pires  
Presidente